

Concurso Público para provimento dos cargos de servidores efetivos do
Ministério Público do Estado do Acre (MPAC)

RESPOSTA ESPERADA FINAL DA PROVA DISCURSIVA

Cargo: Analista Ministerial – Serviço Social

Questão 01

Espera-se que o(a) candidato(a) demonstre conhecimentos teóricos e legais sobre processos de violação e violências contra as mulheres, crianças e adolescentes, bem como atuação profissional do(a) assistente social nessa área. Espera-se que a resposta apreenda aspectos teóricos e históricos sobre a violência; aborde aspectos legais de proteção, atendimento e combate à violência contra mulheres, crianças e adolescentes. Em especial, que acione e/ou mencione uma ou mais das leis aqui expostas: a Lei nº 8.069/1991 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 12.318/2010 – Alienação parental; Lei nº 13.010/2014 – Lei Menino Bernardo; Lei nº 13.431/2017 – Lei da Escuta Protegida; Lei nº 14.344/2022 – Lei Henry Borel; Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Particularmente, sobre os marcos normativos da profissão: a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, em seu art. 5º, prevê que a realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

O(a) candidato(a) deve indicar que o resultado documental da perícia é o laudo social, cujo produto é o registro que documenta as informações significativas, recolhidas por meio do estudo social, permeado ou finalizado com interpretação e análise (FÀVERO, 2009). Além disso, o(a) candidato(a) deve:

- durante a visita previamente agendada com a família, realizar a entrevista para conhecimento da realidade, utilizando-se de técnicas da escuta qualificada, relatório social para compor o perfil da família frente à demanda judicializada, no sentido de ir além do imediato;

- discorrer sobre como a questão social carrega a expressão da violência. Nesse ponto, ele(a) poderá citar algumas das múltiplas expressões da questão social;

- discorrer sobre o posicionamento ético-político do serviço social diante da violência, especialmente a defesa intransigente dos direitos humanos e da não discriminação como um de seus princípios fundamentais;

- informar, mediante a situação apresentada no estudo social, sobre a violação dos direitos conforme exposto na Lei Maria da Penha – a violência contra a mulher e o Estatuto da Criança e do Adolescente – a violência contra a criança, colocando-o em situação de vulnerabilidade social e pessoal.